

## LARGO DO MACHADO PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 18.319.940/0001-03

resultado do período quando a empresa cumpre os requisitos contratuais, conforme percentual de desconto mencionado anteriormente. No exercício de 2020 foi reconhecido o montante de R\$ 540 (R\$ 2.244 em 2019) referente a receita com subvenção fiscal.

**24. Provisão para demandas judiciais:** A Cia. e suas controladas são parte em ações judiciais e em processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. Essas demandas judiciais são avaliadas com base em pareceres de seus advogados e estão demonstradas a seguir:

**a. Composição:**

	Consolidado				
	Riscos		Provisão registrada		
	Remotos	Possíveis	Prováveis	2020	2019
Fiscais	19.249	7.004	5	5	243
Cíveis	36	1.641	1.908	1.908	1.417
Trabalhistas	132	2.596	5.949	5.949	4.984
<b>Total</b>	<b>19.417</b>	<b>11.241</b>	<b>7.862</b>	<b>7.862</b>	<b>6.644</b>

**b. Movimentação:**

b. Movimentação:	Consolidado			
	2019	Adições	Reversões	2020
Risco provável	6.644	3.135	(1.917)	7.862
Risco possível	10.726	4.152	(3.637)	11.241
Risco remoto	19.645	888	(1.116)	19.417
<b>Total</b>	<b>37.015</b>	<b>8.175</b>	<b>(6.670)</b>	<b>38.520</b>

	Consolidado			
	2018	Adições	Reversões	2019
Risco provável	5.829	2.434	(1.619)	6.644
Risco possível	10.316	940	(530)	10.726
Risco remoto	18.237	1.436	(28)	19.645
<b>Total</b>	<b>34.382</b>	<b>4.810</b>	<b>(2.177)</b>	<b>37.015</b>

**Contingências classificadas como "risco provável" e provisionadas:** • Natureza trabalhista: referente a 123 ações decorrentes de pedidos de indenização de direitos trabalhistas. • Natureza cível: refere-se a sete processos de indenizações por reparação civil, sendo três processos de acidente de trânsito envolvendo veículo das controladas (R\$ 1.300), quatro por reparação civil por negativação indevida (R\$ 15), um referente a danos patrimoniais (R\$ 98), um referente a uma ação de cobrança de débitos (R\$ 2), e um a danos materiais (R\$ 2). • Natureza fiscal: refere-se a dois processos, um referente ao objeto de anulação de débito fiscal (R\$ 238) e um por remeter mercadoria com documento inidôneo (R\$ 5). **Contingências classificadas como "risco possível" e não provisionadas:** • Natureza trabalhista: refere-se a ações de indenização de direitos trabalhistas. • Natureza cível: refere-se a ações cíveis de reparação civil, negativação de nome, danos morais e reparação de acidente de trânsito envolvendo veículo da Cia. • Natureza fiscal: refere-se a 15 ações no montante R\$ 9.193 sendo as principais referente (i) R\$ 2.724 decorrente do auto de infração da RFB de PIS/COFINS; (ii) R\$ 2.644 decorrente do auto de infração da SEFA/BA; (iii) R\$ 26 decorrente do auto de infração da AMMA; (iv) R\$ 119 decorrente da ação anulatória do Estado de São Paulo; (v) R\$ 179 referente ao recolhimento a menor de ICMS a menor; (vi) R\$ 816 referente a apropriação indevida de ICMS; (vii) R\$ 61 decorrente da ação anulatória de débitos; (viii) R\$ 2.316 decorrente da cobrança de IPI pela Receita Federal do Brasil em Salvador; (ix) R\$ 211 referente ao recolhimento a menor de ICMS; (x) R\$ 56 referente a multa isolada de ofício; e (xi) R\$ 39 referente a notificação de débito do Fundo de Garantia e da Contribuição Social. **25. Transações com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas à Cia. e suas controladas: seus controladores, seus administradores e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações de Partes Relacionadas. Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Cia. e as suas investidas (direta e indireta). As operações comerciais e financeiras da Cia. com partes relacionadas estão a seguir enumeradas: **a. Conta corrente com partes relacionadas:**

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
	Vargem Grande	481	481	-
Outras partes relacionadas (i)	678	644	678	644
	<b>1.159</b>	<b>1.125</b>	<b>678</b>	<b>644</b>

(i) Refere-se a conta corrente com partes relacionadas, sem atualização monetária e com vencimento em 2021. **b. Partes relacionadas a pagar:** Refere-se ao valor a ser pago aos antigos acionistas da Vargem Grande até 2024, no montante de R\$2.200, atualizados anualmente pelo IGP-M-FGV. **c. Remuneração de Administradores:** Em 2020 não ocorreu remuneração de administradores na controladora. Nas controladas a remuneração foi de R\$ 1.097 (R\$ 1.389 em 2019). **d. Controlador final:** Em 2019 e 2020 a controladora da Cia. é a Largo do Machado Participações S.A. que possui como controlador final o ICP Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior. **26. Gestão de riscos e instrumentos financeiros: a. Gestão de riscos:** A Cia. e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de suas atividades. Esses riscos envolvem, principalmente, a possibilidade de realização de recebíveis e de oscilações dos preços dos produtos e de taxas de juros, que podem impactar os resultados operacionais e a condição financeira, sendo os principais os seguintes riscos: **Risco de crédito:** As vendas das controladas da Cia. seguem as políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam a minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas

vendas (pulverização do risco). Em 2020 os saldos sujeitos ao risco de crédito estão registrados, basicamente, na rubrica de Recebíveis, no montante de R\$ 18.688 (R\$ 18.109 em 2019). **Risco de taxa de juros:** O risco associado é oriundo da possibilidade da Cia. e suas controladas incorrerem em ganhos/perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e seus passivos financeiros e que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Cia. e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas, buscando diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Cia. e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Cia. e suas controladas. **b. Classificação dos instrumentos financeiros:**

**Instrumentos financeiros (ativo)**

	Consolidado	
	2020	2019
	Custo amortizado (CPC 48)	Custo amortizado (CPC 48)
Caixa e equivalentes de caixa	13.186	3.965
Outros créditos	11.422	5.422
Recebíveis	18.688	18.109
<b>Total</b>	<b>43.296</b>	<b>27.496</b>

**Instrumentos financeiros (passivo)**

	Consolidado	
	2020	2019
	Custo amortizado (CPC 48)	Custo amortizado (CPC48)
Fornecedores	16.297	20.975
Empréstimos e financiamentos	39.677	42.958
Outras obrigações	43.136	38.146
Obrigações tributárias	87.114	66.069
Obrigações trabalhistas	2.707	23.269
<b>Total</b>	<b>188.931</b>	<b>191.417</b>

**Relatório dos auditores independentes sobre as DFs. individuais e consolidadas: Aos acionistas e diretores da Largo do Machado Participações S.A. - Goiânia - Goiás: Opinião:** Examinamos as DFs. individuais e consolidadas da Largo do Machado Participações S.A. ("Cia."), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/20 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs. individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Largo do Machado Participações S.A. em 31/12/20, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs. individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as DFs. individuais e consolidadas. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.b. às DFs. individuais e consolidadas, que indica que a Cia. incorreu no prejuízo consolidado de R\$ 8.571 mil durante o exercício findo em 31/12/20 (R\$ 45.052 mil em 31/12/19) e, nessa data, o passivo circulante consolidado excedeu o ativo circulante consolidado em R\$ 41.695 mil (R\$ 111.226 mil em 31/12/19) e apresentou utilização de caixa líquido das atividades operacionais, consolidado, de R\$ 1.366 mil em 31/12/20 (R\$ 6.596 mil em 31/12/19). Conforme apresentado na nota explicativa 2.b., esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 2.b., indicam a existência de incerteza relevante que pode levar à redução significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Cia. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas DFs. individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs. individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs. livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs. individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Cia. continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs., a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das DFs. individuais**

**c. Análise de sensibilidade:** A Cia. desenvolveu uma análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros que estão sujeitos às oscilações na taxa do CDI. A Cia. fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 5% e 10% em relação ao cenário real.

Alta da CDI

	Cenários projetados - Base 31/12/20			
	Exposi-ção (CDI)	Provável Possível (5%)	Remoto (10%)	
	(35.187)	(2.111)	(2.287)	(2.463)
Empréstimos e financiamentos	-	(2.111)	(2.287)	(2.463)
<b>Efeito total</b>		<b>(2.111)</b>	<b>(2.287)</b>	<b>(2.463)</b>

**27. Outras informações: a) Derivativos:** A Cia. e suas controladas não possuem operações com derivativos. **b) Benefícios pós-emprego:** A Cia. e suas controladas não possuem benefícios pós-emprego. **28. Eventos subsequentes: a. Alteração da estrutura operacional das unidades de Aparecida de Goiânia-GO, Brasília-DF, Palmas-TO e Uberlândia-MG.** Em janeiro de 2021 a Cia. promoveu a internalização da estrutura comercial das unidades de Goiás, Distrito Federal, Tocantins e Minas Gerais (Uberlândia) que antes estavam sobre responsabilidade do terceiro Brassol Brasília Alimentos e Sovertes Ltda, visando economia de custos e maior agilidade nos processos. **b. Reclassificação de empréstimos para o passivo não circulante:** Conforme descrito na Nota 13, as Controladas (Creme Mel e Zecas) não cumpriram com as cláusulas restritivas de seus contratos de empréstimos com o Banco Itaú, em função de ter excedido o limite de índices financeiros, os quais foramapurados com base nas demonstrações consolidadas. Em 01/06/21 as controladas obtiveram o "waiver" do banco aprovando o não vencimento antecipado da dívida, mantendo-se os prazos contratuais originais e o montante de R\$ 5,5 milhões foi reclassificado para o passivo não circulante. **c. Reestruturação societária:** A Cia. implementará no exercício de 2021, a incorporação da DCB pela Creme Mel com o objetivo de gerar maior sinergia em suas operações e aproveitar créditos tributários. Até a data da emissão destas DFs. as operações dos Estados de Goiás, Minas Gerais e Distrito Federal da DCB foram transferidas para a Creme Mel.

Marcelo Duarte - Diretor, Mary Chaves Tenório - Diretor
Marcelo Pfaender de Lima - Contador CRC RJ 087435/O-0

**e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs. individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs.. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs. individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs. individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs., inclusive as divulgações e se as DFs. individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as DFs. individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Goiânia, 23/09/21. KPMG Auditores Independentes - CRC GO-001203/O-2 F-GO; Lucas Gomes Arruda - Contador CRC - GO-019915/O-4-6.

Id: 2343495

**RAÍZEN S.A.**  
CNPJ/ME nº 33.453.598/0001-23 - NIRE 33300298673  
("Companhia")

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2021. 1. Data, Horário e Local:** No dia 3 de setembro de 2021, às 19:00 horas, por conferência telefônica. **2. Convocação e Presença:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, a saber: os Srs. Rubens Ometto Silveira Mello, na qualidade de Presidente do Conselho, e os demais Conselheiros, todos por teleconferência, nos termos do Estatuto Social da Companhia, Luis Henrique Cals de Beauchair Guimarães, Marcelo Eduardo Martins, Huibert Hans Vigeveno, Brian Paul Eggleston, Istvan Kapitany, Luciana de Oliveira Cezar Coelho e Sonat Burman-Olsson razão pela qual ficam dispensadas as formalidades de convocação e, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** RUBENS OMETTO SILVEIRA MELLO - Presidente; GUILHERME JOSÉ DE VASCONCELOS CERQUEIRA - Secretário. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: (a) o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, mediante a emissão novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, a serem emitidas com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), em razão do exercício parcial pelo CITIGROUP GLOBAL MARKETS BRASIL CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. ("Citibank"), da opção de Ações Suplementares que lhe foi outorgada, pela Companhia, no âmbito da oferta pública inicial de distribuição primária de emissão da Companhia ("Oferta"); (b) a homologação do aumento de capital social da Companhia; (c) a aprovação, ad referendum da próxima Assembleia Geral da Companhia, da reforma do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (d) a autorização para a Diretoria da Companhia tomar as providências e praticar todos os atos necessários à consecução das deliberações aqui consubstanciadas. **5. Deliberações:** Abertos os trabalhos, verificado o quórum de presença e validamente instalada a presente reunião, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade, aprovaram: (a) o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$709.669.990,00 (setecentos e nove milhões, seiscientos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa reais), o qual passará de R\$6.150.000.000,00 (seis bilhões, cento e cinquenta milhões de reais), para R\$6.859.669.990,00 (seis bilhões, oitocentos e cinquenta e nove milhões, seiscientos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa reais), mediante a emissão de 95.901.350 (noventa e cinco milhões, novecentas e uma mil e trezentas e cinquenta) novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, cada uma ao preço emissão de R\$ 7,40 (sete reais e quarenta centavos), conforme fixado em procedimento de Bookbuilding realizado no âmbito da Oferta e aprovado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de agosto de 2021, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, em conformidade com o disposto no artigo 172 da Lei das S.A., em razão do exercício parcial, pelo Citibank, da opção de Ações Suplementares que lhe foi outorgada pela Companhia, no âmbito da Oferta. Aprovaram, ainda, que as novas ações emitidas terão os mesmos direitos conferidos às demais ações da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia e da legislação aplicável, fazendo jus ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser

declarados pela Companhia; (b) a homologação, em razão da deliberação tomada no item (a) acima, do aumento do capital da Companhia no montante de R\$709.669.990,00 (setecentos e nove milhões, seiscientos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa reais), mediante a emissão de 95.901.350 (noventa e cinco milhões, novecentas e uma mil e trezentas e cinquenta) novas ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, passando o capital social a ser de R\$6.859.669.990,00 (seis bilhões, oitocentos e cinquenta e nove milhões, seiscientos e sessenta e nove mil, novecentos e noventa reais), dividido 8.993.572.584 (oito bilhões, novecentas e noventa e três milhões, quinhentas e setenta e duas mil, quinhentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 1.358.936.900 (um bilhão, trezentas e cinquenta e oito milhões, novecentas e trinta e seis mil e novecentas) ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal". (d) a autorização à Diretoria da Companhia a tomar as medidas necessárias à consecução das deliberações tomadas acima, bem como assinar quaisquer contratos ou formulários necessários. **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Rubens Ometto Silveira Mello - Presidente da Mesa e do Conselho de Administração; Guilherme José de Vasconcelos Cerqueira - Secretário da Mesa; e, por teleconferência, Luis Henrique Cals de Beauchair Guimarães, Marcelo Eduardo Martins, Huibert Hans Vigeveno, Brian Paul Eggleston, Istvan Kapitany, Luciana de Oliveira Cezar Coelho e Sonat Burman-Olsson - Conselheiros. Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 3 de setembro de 2021. **GUILHERME JOSÉ DE VASCONCELOS CERQUEIRA** - Secretário da Mesa. **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro** - Certificado o Arquivamento em 16/09/2021 sob o número 00004456321. Protocolo: 00-2021/959732-4 em 13/09/2021. Bernardo F. S. Berwanger - Secretário Geral.

Id: 2343601

**1001 TURISMO E VIAGENS LTDA EPP**  
CNPJ nº 30.807.325/0001-41 - NIRE: 33.2.0137045.7  
**ATA DA REUNIÃO DE SÓCIOS QUOTISTAS**  
**(01) DIA, HORA E LOCAL:** Às 14h00min do dia 27 de setembro de 2021, reuniram-se na sede da Sociedade à Rua Presidente Baker, nº 118, Icaraí, Niterói/RJ, CEP 24.220-041. **(02) CONVOCAÇÃO E QUORUM:** Dispensada devido à presença da totalidade dos sócios. **(03) MESA:** Foi eleita para presidir os trabalhos, Maria Tereza Simões Moraes, como Presidente e, como Secretária, Regina Stella de Andrade. **(04) ORDEM DO DIA:** Redução do Capital Social **(05) DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** lida, discutida a ordem do dia, foi aprovada por unanimidade à redução do atual Capital So-

cial de R\$ 424.328,73 (quatrocentos e vinte e quatro mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos) para R\$ 24.328,73 (vinte e quatro mil, trezentos e vinte e oito reais e setenta e três centavos), tendo em vista o excessivo valor do mesmo em relação ao objeto da Sociedade (art. 1082, inciso II, do Código Civil Brasileiro). A redução no importe de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), será realizada através da devolução aos sócios desta importância, na proporção da participação societária de cada um. Desde logo fica a administração autorizada a proceder todos os atos e registros para o bom desenvolvimento e conclusão das deliberações ora aprovadas, inclusive, à publicação imediata desta ata, nos termos do Artigo 1084, do Código Civil Brasileiro. Nada mais a tratar o presidente encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. Niterói/RJ, 27 de setembro de 2021. **Secretário** - Regina Stella de Andrade. **Presidente** - Maria Tereza Simões Moraes.

Id: 2343537

**BURITI SAÚDE LTDA**  
CNPJ nº 28.442.460/0001-99 NIRE 33.2.1039760-5  
**ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2021**  
1. Data Hora e Local: 23 de setembro de 2021, às 14:00h, na Rua Visconde do Pirajá, nº. 407, Sala 801 (parte), Ipanema, CEP: 22.410-003, em Rio de Janeiro - R.J. 2. Mesa: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Leandro Frota Duarte, e secretariados pelo Sr. Henrique de Oliveira Duarte. 3. Convocação e Presença: convocação dispensada nos termos do artigo 1072, parágrafo 2º, da Lei nº 10.406/2002, em vista da presença de sócios representando a totalidade do capital social da empresa, a saber, 1 - **Roberta de Oliveira Duarte**, brasileira, solteira, empresária, residente e domiciliada na Avenida Prefeito Mendes de Moraes, nº. 1.400, Bloco 01, Apto 1103, São Conrado, CEP: 22.610-095, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portadora da Carteira de Identidade nº. 013.037.451-5 DET-RJ e CPF 091.582.487-65; 2 - **Henrique de Oliveira Duarte**, brasileiro, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Rua Julieta Niemeyer, nº. 217, Bairro São Conrado, CEP: 22.610-190, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portador da Carteira de Identidade nº. 20.542.964-0 DET-RJ e CPF 109.468.487-26; 3 - **Leandro Frota Duarte**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Julieta Niemeyer, nº. 209, Bairro São Conrado, CEP: 22.610-190, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portador da Carteira de Identidade nº. 10.552.990-3 IFP-RJ, CPF 847.074.707-00; 4 - **Tiago Frota Duarte**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Avenida Prefeito Mendes de Moraes, nº. 1.400, Bloco 01, Apto 804, São Conrado, CEP: 22.610-095, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, portador da Carteira de Identidade nº. 10.331.965-3 IFP-RJ, CPF 847.075.007-06; 5 - **Ricardo Frascá Spilborghs**, brasileiro, divorciado, médico, residente e domiciliado na Rua Embaixador Carlos Taylor, nº. 160, Gávea, CEP: 22.451-080, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro; portador da identidade profissional nº. 52-70858-5 CRM-RJ, CPF 153.281.838-60; 6 - **Rafael Bergman**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Rua Lourenço de Almeida, nº. 657, Apto. 11, Vila Nova Conceição, CEP: 04.508-000, São Paulo, Estado de São Paulo; portador da Carteira de Identidade nº. 10.963.394-1 IFP-RJ, CPF 071.006.257-50; 7 - **Wagran Investment LLC**, inscrita no CNPJ 29.256.592/0001-99, com sede na Corporation Trust Center, nº. 1.209, Orange Street, City of Wilmington, Delaware, Estados Unidos da América, Zip Code 19801, neste ato representada por sua procuradora no Brasil Sra. **Mônica Grelle Antunes**, brasileira, divorciada, arquiteta,